

Integração
Transmissora de
Energia S.A. -
INTESA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão das demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º andar
20031-000 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 3515-9400, Fax +55 (21) 3515-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da
Integração Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Integração Transmissora de Energia S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Integração Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

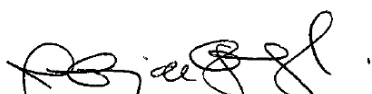


- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC RJ-087339/O-4

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Balancos patrimoniais

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2016	31/12/2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		19	24	Fornecedores		1.406	768
Títulos e valores mobiliários	5	39.215	9.666	Financiamentos	7	31.600	31.269
Ativo financeiro	6	142.896	108.592	Dividendos propostos		10.603	12.859
Despesas antecipadas		261	206	Imposto de renda e contribuição social	2.9	3.078	1.853
Tributos e contribuições compensáveis		829	840	Impostos e contribuições a recolher		1.420	1.287
Serviços em curso		2.110	1.795	Provisões de encargos setoriais		4.753	4.237
Outros ativos		1.357	434	Outros passivos		877	792
		<u>186.687</u>	<u>121.557</u>			<u>53.737</u>	<u>53.065</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	7	88.249	117.705
Depósitos judiciais		6	6	Impostos e contribuição social diferidos	13.c	25.901	21.605
Títulos e valores mobiliários	5	11.861	11.784	Pis e Cofins diferidos		47.886	50.363
Ativo financeiro	6	434.576	483.945	Incentivos fiscais	1	14.463	15.002
Imobilizado		393	-				
		<u>446.836</u>	<u>495.735</u>			<u>176.499</u>	<u>204.675</u>
				Patrimônio líquido			
					8		
				Capital social		170.000	170.000
				Reserva legal		15.636	12.918
				Reserva de incentivos fiscais		47.123	37.920
				Reserva de retenção de lucros		170.528	138.714
						<u>403.287</u>	<u>359.552</u>
Total do ativo		<u>633.523</u>	<u>617.292</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>633.523</u>	<u>617.292</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Operações continuadas			
Receita líquida	9	101.115	100.306
Custo dos serviços prestados	10	<u>(18.094)</u>	<u>(14.624)</u>
Lucro bruto		<u>83.021</u>	<u>85.682</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	11	(4.783)	(4.654)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>78.238</u>	<u>81.028</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras, líquidas	12	<u>(9.071)</u>	<u>(11.068)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		69.167	69.960
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	13.a	(24.032)	(15.816)
Subvenção do imposto de renda	13.b	<u>9.202</u>	<u>8.756</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>54.337</u></u>	<u><u>62.900</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado do exercício	54.337	62.900
Resultado abrangente do exercício	<u>54.337</u>	<u>62.900</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	Subscrito	Reserva Legal	Reserva de retenção de lucro	Subvenções para Incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<u>170.000</u>	<u>10.211</u>	<u>130.497</u>	<u>29.165</u>	<u>-</u>	<u>339.873</u>
Lucro Líquido do exercício					62.900	62.900
Constituição de reservas		2.707	38.578	8.756	(50.041)	-
Pagamento de dividendos			(30.361)			(30.361)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios					(12.859)	(12.859)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>170.000</u>	<u>12.918</u>	<u>138.714</u>	<u>37.921</u>	<u>-</u>	<u>359.553</u>
Lucro Líquido do exercício					54.337	54.337
Constituição de reservas		2.718	31.814	9.202	(43.734)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios					(10.603)	(10.603)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>170.000</u>	<u>15.636</u>	<u>170.528</u>	<u>47.123</u>	<u>-</u>	<u>403.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Integração Transmissora de Energia S.A. – INTESA

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	69.167	69.959
Ajustes		
<i>Juros sobre financiamentos</i>	13.571	14.553
Remuneração do ativo financeiro	<u>(94.601)</u>	<u>(96.411)</u>
	(11.863)	(11.899)
Variações nos ativos e passivos		
Titulos e valores mobiliários	(29.625)	(6.059)
Despesas antecipadas	(55)	(29)
Tributos e contribuições compensáveis	11	(186)
Outros ativos	(1.239)	(662)
Fornecedores	637	235
Encargos setoriais	516	895
Imposto de renda e contribuição social	(992)	(1.351)
Pis e Cofins diferidos	(2.477)	(2.477)
Impostos e contribuições a recolher	134	(56)
Outros passivos	<u>(454)</u>	<u>(566)</u>
Caixa proveniente das operações	(45.407)	(22.153)
Remuneração recebida do ativo financeiro da concessão	113.079	114.318
Juros pagos	(11.770)	(14.075)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(8.317)</u>	<u>(10.049)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>47.585</u>	<u>68.040</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Investimento em ativo financeiro da concessão	(3.413)	-
Aquisição de imobilizado	(393)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.806)</u>	<u>-</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e JCP pagos aos acionistas	(12.859)	(37.480)
Amortização de financiamentos	<u>(30.925)</u>	<u>(30.580)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(43.784)</u>	<u>(68.061)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5)	(21)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	<u>24</u>	<u>43</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>19</u>	<u>24</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Integração Transmissora de Energia S.A. (“INTESA” ou “Sociedade”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005 e por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica suas atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul- GO. Os serviços de operação e manutenção do sistema de transmissão são realizados pela ELETRONORTE, sob a supervisão e fiscalização da Sociedade.

A Sociedade iniciou suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

A INTESA detém a concessão para construção, operação e manutenção das Linhas de Transmissão de 500 kV(*), circuito simples da interligação Norte-Sul, trecho 2, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção comando, controle, telecomunicação, e apoio, nos termos do decreto de outorga de concessão, de 3 de abril de 2006 e do contrato de concessão nº 002/2006 de 27 de abril de 2006, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL. O prazo de concessão da exploração da linha de transmissão é de 30 anos contados a partir da celebração. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir do 16º ano de operação comercial, a Receita Anual Permitida-RAP será reduzida em 50% do valor vigente do 15º ano, até o final do prazo de concessão.

Conforme determinado no contrato de concessão caberá a Sociedade a prestação de serviço público de transmissão de acordo com as regras e critérios estabelecidos pela ANEEL.

É de competência da Sociedade captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários a adequada prestação de serviço regulado no contrato.

Os trechos de operação pela Sociedade são:

Trecho	Extensão		
	kV(*)	Km(*)	Estado
Colinas- Miracema	500	173	TO
Miracema - Gurupi	500	255	TO
Gurupi -Peixe 2	500	72	TO
Peixe 2 - Serra da Mesa 2	500	195	TO/GO
Extensão total da concessão		<u>695</u>	

(*) informação não auditada pelos auditores independentes

A Sociedade goza de incentivos fiscais, concedidos mediante Termo de Acordo de Regime Especial- TARE firmado com a Secretaria da Fazenda do Estado de Tocantins. Conforme esse acordo, a base de cálculo do ICMS é reduzida em 60% relativo ao diferencial de alíquotas e à importação de máquinas, aparelhos, equipamentos, suas partes, peças e outros materiais, quando destinados à construção, operação e manutenção das instalações das linhas de transmissão de energia elétrica, localizadas em território tocantinense. Esses incentivos estão contabilizados no passivo não circulante, sendo mensalmente amortizado pelo prazo do Contrato de Concessão.

A Sociedade obteve em 2009 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de janeiro de 2017

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1 Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Sociedade no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Instrumentos financeiros

2.4.1 Classificação e mensuração

A Sociedade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

2.4.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação.

2.4.3 Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem o ativo financeiro decorrente da concessão, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.4 Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Sociedade estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Sociedade.

A Sociedade avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado.

2.4.5 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O contrato de concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Sociedade, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora não pode negociar preços com usuários. O contrato tem sua RAP atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Geralmente, a RAP de qualquer Sociedade de transmissão está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de gastos decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.

- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica da Sociedade, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Considerando que a Sociedade não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. Nossa avaliação considerou a nova metodologia do VNR (Valor Novo de Reposição) instituído pelo poder concedente, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

2.5 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.6 Financiamentos

Os financiamentos tomados são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos líquidos dos custos de transformação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*").

2.7 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8 Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

2.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

2.10 Subvenção de imposto de renda

Refere-se ao benefício do lucro de exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida operacional.

2.11 Capital

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.12 Reconhecimento de receita

Compreendem principalmente as seguintes atividades:

- Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro até o final do período da concessão auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa nominal de 18,70% ao ano.
- Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.
- Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Sociedade não apura margem de construção.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Sociedade é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Sociedade. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

2.14 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Sociedade não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

- **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)** - Efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.
- **IFRS 9** - Instrumentos financeiros (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 15** - Receita de contratos de clientes (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2018)
- **IFRS 16** - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a. Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Sociedade verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2016, não foram identificados pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para *impairment* tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

b. Base de determinação do ativo financeiro de concessão

A Sociedade adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Existe discussão de interpretação legal e regulatória sobre qual contrato de concessão tem direito à indenização. Para contratos assinados após 1995 existem diversas interpretações sobre o direito ou não de receber indenização no processo de reversão dos bens no final da concessão. A discussão específica é se o valor residual do custo do projeto básico/original também terá direito à indenização ou somente as adições/investimentos posteriores realizados após a construção do projeto básico/original o terão, desde que aprovados pelo poder concedente. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e regulatórios, a Sociedade adotou a premissa de que será indenizada pelo projeto básico e investimentos posteriores. A Sociedade reconhece em suas demonstrações financeiras os valores de PIS/COFINS diferidos em contrapartida ao ativo financeiro. Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispôs sobre as

concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. O art. 15 da MP 579 elencou critérios gerais para cálculo da indenização, com base na metodologia do Valor Novo de Reposição - VNR para a parcela dos investimentos ainda não amortizados ou não depreciados.

EM 14 de setembro de 2012 foi editado o Decreto nº 7.805, regulamentando as condições para prorrogação e a antecipação dos efeitos dessa prorrogação as tarifas dos consumidores finais. O art.9º do Decreto reforçou a utilização da metodologia do VNR para cálculo das indenizações dos investimentos dos bens reversíveis ainda não amortizados ou não depreciados, considerando-se a depreciação e amortização acumuladas a partir da data de entrada em operação da instalação, até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com os critérios do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Embora a Integração Transmissora de Energia S.A. não esteja diretamente afetada pelos efeitos das antecipações das renovações das concessões, a administração da Sociedade avaliou internamente que o valor novo de reposição não é inferior ao valor contábil, não requerendo alterações nos saldos contábeis. Tal avaliação está em conformidade com a mudança de metodologia pelo Poder Concedente ANEEL para indenização dos ativos ainda não depreciados e não amortizados, incorporando o conceito do valor novo de reposição, que foi a base para indenização dos ativos das empresas que anteciparam suas renovações e confirmado pela Medida Provisória 579, Decreto 7.805 e Lei 12.183 de 11 de janeiro de 2014 (que converteu a Medida Provisória em Lei).

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

a. Risco de crédito

Salvo pelos Depósitos e cauções vinculados e o ativo financeiro, a Sociedade não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O ONS delega às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

b. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Sociedade, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Sociedade é investido em contas correntes com incidência de

juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

c. *Risco de taxa de juros*

A Sociedade está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida está sujeita da variação da TJLP.

d. *Valorização dos instrumentos financeiros*

A Sociedade opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade, em 31 de dezembro de 2016 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(i) *Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores*

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) *Financiamentos*

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados. A quitação total do financiamento ocorrerá em Outubro de 2020.

(iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Sociedade não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 *Gestão de capital*

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Sociedade monitora o capital com base no seu nível de endividamento. O nível de endividamento da Sociedade é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante, dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2016	31/12/2015
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido do passivo não circulante)	<u>230.236</u>	<u>257.740</u>
Total do patrimônio líquido	<u>403.287</u>	<u>359.552</u>
Índice de alavancagem financeira - %	0,57	0,72

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2016		
	Mensurado ao valor justo por meio do resultado		Total
	Receíveis	meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Ativo financeiro	577.472	-	577.472
Caixa	19	-	19
Títulos e valores mobiliários (curto prazo)	-	39.215	39.215
Títulos e valores mobiliários (longo prazo)	-	11.861	11.861
	<u>577.491</u>	<u>51.076</u>	<u>628.567</u>
		Outros passivos financeiros	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial			
Financiamentos		119.849	119.849
Fornecedores		<u>1.406</u>	<u>1.406</u>
		<u>121.255</u>	<u>121.255</u>

31/12/2015			
	Mensurado ao valor justo por Recebíveis	meio do resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Ativo financeiro	592.537	-	592.537
Caixa	24	-	24
Títulos e valores mobiliários (curto prazo)	-	9.666	9.666
Títulos e valores mobiliários (longo prazo)	-	11.784	11.784
	592.562	21.450	614.012
Outros passivos financeiros			
		148.974	148.974
		768	768
		149.742	149.742

4.4 Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários são classificados como nível 1 e o ativo financeiro é classificado como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5 Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Cia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2016.

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário III
CDI % (*)			11,54%	15,38%	19,23%
	Aplicações Financeiras	39.215	4.525	6.031	7.541
TJLP			5,63%	7,50%	9,38%
	Financiamentos	(119.849)	(6.748)	(8.989)	(11.242)

5 Títulos e valores mobiliários

Circulante

	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários (*)	39.215	9.666
	<u>39.215</u>	<u>9.666</u>

Não Circulante

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos vinculados (a)	11.861	11.784
Totais títulos e valores mobiliários	<u>11.861</u>	<u>11.784</u>
	<u>11.861</u>	<u>11.784</u>

(a) Os fundos vinculados referem-se a aplicações financeiras, requeridas em contrato de financiamento com o BNDES, com a finalidade de garantia real. O saldo mínimo deve ser equivalente a três meses do serviço da dívida somado de três meses dos custos do contrato de operação e manutenção.

(*) Refere-se a aplicação financeira mantidas com bancos de primeira linha, indexado pelo CDI e com liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, de Certificados de Depósito Bancário - CDB, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

6 Ativo financeiro da concessão

Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2016	31/12/2015
A ser recebido na operação	492.141	507.257
A ser recebido por indenização	85.331	85.280
	<u>577.472</u>	<u>592.537</u>
Circulante	<u>142.896</u>	<u>108.592</u>
Não circulante	<u>434.576</u>	<u>483.945</u>

A parcela do circulante refere-se à entrada de caixa prevista para os próximos 12 meses decorrentes da RAP do exercício seguinte e saldo faturado até dezembro de 2016 com vencimento aos meses posteriores.

O valor a ser recebido através de indenização foi calculado com base na metodologia do valor novo de reposição (Nota 3) estimado até o final da concessão, deduzidos da depreciação pelas novas taxas da ANEEL instituídas pela Resolução 496/2012, determinadas pelo órgão regulador aplicadas ao saldo anteriormente classificado como ativo imobilizado.

O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que até dezembro/2016 apresentou percentual médio de 17,12% a.a. sendo os recebimentos de caixa através da RAP baixados diretamente desse ativo.

Por solicitação do ONS - Operador Nacional do Sistema, a INTESA realizará um reforço em seu sistema, nos termos da Resolução Autorizativa Aneel No 5906 de 21/06/16. Esse reforço consiste na troca do Banco de Capacitores Série - BCS existente na SE Peixe 2 com capacidade de 1.800 A para um BCS de capacidade de 2.500 A. Este investimento é parte de um projeto maior onde haverá a troca de todos os BCSs da Interligação Norte Sul, envolvendo inclusive outros concessionários de transmissão, proporcionando um aumento no escoamento de energia pelas Linhas de Transmissão já existentes.

Para esta fase de substituição dos Banco de Capacitores Série na Subestação de Peixe 2, a implantação deverá ser concluída até dez/17. Para execução do projeto, foi firmado um contrato de Turn Key com a Grid Solutions Transmissão de Energia - GE.

7 Financiamentos

Moeda nacional	Taxa anual de juros e Comissões - %	31/12/2016	31/12/2015
Financiamento BNDES	2,9% + TJLP	119.849	148.974
		<u>119.849</u>	<u>148.974</u>
Totais - Principal		119.396	147.892
Totais - Encargos da dívida		<u>453</u>	<u>1.082</u>
Circulante		31.600	31.269
Não circulante		<u>88.249</u>	<u>117.705</u>

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos a longo prazo têm o seguinte cronograma de vencimento:

Vencimentos	BNDES
2018	31.147
2019	31.147
2020	25.955
	<u>88.249</u>

a. Garantias concedidas

- Penhor de direitos emergentes da concessão.
- Penhor de ações.
- Penhor de direitos creditórios.

b. Covenants financeiros

Com este financiamento a Sociedade fica obrigada a cumprir, semestralmente, os seguintes índices:

- Índice de capitalização (Patrimônio líquido/Ativo total) igual ou superior a 0,3 (três décimos),
- Índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) igual ou superior a 1,3 (um inteiro e três décimos) a partir de 2014.

Todas as cláusulas restritivas requeridas pelo BNDES estão sendo atendidas.

8 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 170.000 (31/12/2015 - R\$ 170.000), representado por 170.000 ações ordinárias de R\$ 1,00 cada.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social está distribuído entre os seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	Participação %
Fundo de Investimento em Participações Brasil Energia (FIP)	86.700	51
Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE)	62.900	37
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF)	<u>20.400</u>	<u>12</u>
	<u>170.000</u>	<u>100</u>

b. Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, e a parcela destinada a reserva para subvenções de incentivos fiscais, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% será distribuído como dividendo obrigatório.
- O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

c. Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim de cumprir as determinações dos covenants do financiamento junto ao BNDES e atender às limitações do orçamento de caixa da Sociedade.

d. Dividendos propostos

Os dividendos propostos são referentes aos dividendos mínimos calculados sobre o lucro líquido do exercício de 2016. Como ainda não houve a reunião para aprovação, os mesmos foram provisionados, e o pagamento está no aguardo da AGO.

9 Receita

Receita bruta de serviços		
Receita financeira - atualização do ativo	94.601	96.411
Receita de operação e manutenção	13.626	12.786
Compartilhamento de rede	1.145	1.053
Receita de Construção	3.413	-
Outras receitas	3.311	3.230
	<u>116.096</u>	<u>113.480</u>
Impostos sobre receita	(9.882)	(8.585)
Encargos setoriais	(5.099)	(4.589)
	<u>(14.981)</u>	<u>(13.174)</u>
Receita líquida de serviços	<u>101.115</u>	<u>100.306</u>

10 Custos dos serviços prestados

	31/12/2016	31/12/2015
Custo de operação e manutenção	4.990	2.445
Serviços de terceiros	7.418	10.139
Pessoal	2.273	2.040
Custo de Construção	3.413	-
	<u>18.094</u>	<u>14.624</u>

11 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	2.185	1.859
Administradores	865	971
Serviços de terceiros	1.332	1.224
Outros	401	600
	<u>4.783</u>	<u>4.654</u>

12 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

Contas	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Rendimento sobre aplicação	4.797	3.949
Acréscimos moratórios	101	37
Atualização de Selic	31	15
(-) Tributos sobre a receita financeira	<u>(230)</u>	<u>-</u>
	<u>4.699</u>	<u>4.001</u>
Despesas		
Encargos sobre financiamentos (BNDES)	(13.571)	(14.553)
Outros	<u>(199)</u>	<u>(517)</u>
	<u>(13.770)</u>	<u>(15.070)</u>
	<u>(9.071)</u>	<u>(11.069)</u>

13 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	69.168	69.959
Juros sobre capital próprio	<u>-</u>	<u>-</u>
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>69.168</u>	<u>69.959</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34</u>	<u>34</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	23.517	23.786
Outras adições e exclusões	(3.781)	(7.970)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	<u>4.296</u>	<u>-</u>
	<u>24.032</u>	<u>15.816</u>

b. Subvenção de imposto de renda

A Sociedade obteve em 2009 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

	31/12/2016	31/12/2015
Incentivo Fiscal sobre o lucro da exploração no exercício	<u>9.202</u>	<u>8.756</u>

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados no passivo não circulante e são calculados sobre diferenças temporárias. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são provenientes dos efeitos da adoção das novas práticas contábeis, contidas no ICPC 01, e sua constituição é feita com base nas citadas alíquotas nominais a que a Sociedade está sujeita.

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	21.605	24.745
Constituição de imposto de renda diferido	3.159	- 2.309
Constituição de contribuição social diferida	<u>1.137</u>	<u>- 831</u>
Saldo final	<u><u>25.901</u></u>	<u><u>21.605</u></u>

14 Partes relacionadas

O saldo em aberto e as transações no período com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

Transações	Ativo	Passivo	
	Ativo financeiro (Contas a receber)	Dividendos e juros sobre capital próprio	Fornecedores
FIP	-	5.408	-
Eletronorte	741	3.923	345
Chesf	892	1.272	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.633	10.603	345
FIP	-	6.558	-
Eletronorte	648	4.758	317
Chesf	797	1.543	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.445	12.859	317
	Resultado		
Transações	Receita com	Custo com	
	RAP	O&M	
Eletronorte	6.300	3.226	
Chesf	7.719	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	14.019	3.226	
Eletronorte	4.883	2.983	
Chesf	6.175	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2015	11.058	2.983	

Remuneração do pessoal-chave

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores.

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	865	971

15 Seguros

A cobertura de seguro foi contratada pelos montantes a seguir, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação dos consultores de seguros.

Ramo	Vigência	Importância segurada
Veículos (*)	03/12/2016 a 03/12/2017	1.400
Riscos nomeados operacionais (**)	27/07/2016 a 27/07/2017	62.000
Responsabilidade civil geral	27/07/2016 a 27/07/2017	10.000

(*) Valor acumulado da frota

(**) Por cada subestação

O contrato de concessão firmado entre a Sociedade e o Poder Concedente - ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, determina que durante o prazo de vigência da concessão, fica a Sociedade obrigada a contratação de seguros para garantir a cobertura adequada dos equipamentos de relevância significativa das Instalações de Transmissão. A Sociedade assume as responsabilidades pelos riscos de reposição ou recuperação de todos os bens integrantes da concessão e por variações das receitas, decorrentes de sinistros ou fatos extraordinários danosos as instalações excluídas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade tinha contratado seguros para garantir a cobertura das subestações nas instalações de transmissão.

16 Contingências

A Sociedade é parte envolvida em ações no âmbito administrativo- principalmente nas esferas ambiental. A Administração, de acordo com o CPC 25 adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Sociedade em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

São constituídas provisões.

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

Somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações Financeiras.

A Sociedade recebeu 2 autuações do Ibama por supostamente deixar de atender:

1. Uma condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007, referente à prevenção de acidentes com a fauna, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 3.100; e
2. Uma condicionante da Autorização para Supressão Vegetal nº 157/2007, referente à reposição florestal, envolvendo a cobrança de multa no valor de R\$ 2.000.

A autuação referente à condicionante da Licença de Instalação nº 443/2007 deu origem a uma Ação Civil Pública em trâmite na 2ª Vara Federal da Comarca de Palmas, proposta pelo Ministério Público Federal.

A Sociedade entende que cumpriu e vem cumprindo com todas as obrigações oriundas do seu licenciamento ambiental e apresentou defesa em todas as autuações informadas acima, relatando as medidas que foram e vêm sendo tomadas pela mesma.

Os consultores jurídicos da Sociedade avaliaram a probabilidade de perdas como possível e portanto em 31 de dezembro de 2016 não foram registrados quaisquer valores de provisão nas demonstrações financeiras decorrentes dessas ações.

* * *

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gabriel Torres Ferreira da Costa
Contador
CRC 112528/O-6